

LIDE

Ano 14 - nº 86 | 2019

DORIA EDITORA



R\$ 15,00

CANDIDO PINHEIRO JUNIOR

**DO NORDESTE PARA
O BRASIL, A EXPANSÃO
DA HAPVIDA**

ESPECIAIS

EMPREENDEDORISMO

STARTUP BRASILEIRA
GYMPASS FOCA EM
CRESCIMENTO GLOBAL

EDUCAÇÃO

O EXEMPLO DO CEARÁ
PARA DRIBLAR PROBLEMAS
E CONQUISTAR GRANDES
RESULTADOS



A GRANDE APOSTA

ESPECIALISTAS E EXECUTIVOS DISCUTEM O SISTEMA DE VOUCHERS E LEVANTAM OUTROS MODELOS POSSÍVEIS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil ocupa as últimas posições no ranking PISA, modelo criado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para avaliar a qualidade da educação mundial. Entre os 70 países participantes, nossos estudantes de 15 anos ficaram na 58^a posição em leitura, 63^a em matemática e 65^a em ciências. Números que comprovam o que o senso comum indica há décadas – na média, a educação nacional é ruim – mesmo que os problemas tenham se alterado ao longo do tempo.

“Até a década de 1990 tínhamos um déficit muito grande de vagas nas escolas, hoje a falta de vagas é sentida principalmente na educação infantil. A taxa de universalização (vagas dis-

poníveis em cada faixa etária) chega a 98% no Ensino Fundamental 1 e 2. No ensino médio a taxa cai para 83%, mas o maior problema entre os adolescentes é a evasão, seja por necessidade financeira ou falta de estímulo”, explica Paulo Presse, coordenador de Estudo de Mercado da consultoria Hoper Educação.

Na tentativa de oferecer soluções rápidas para problemas complexos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, levantou a possibilidade de estabelecer um programa de vouchers para a educação. A ideia é que estados e municípios concedam vales para as famílias com filhos em idade escolar para que os pais escolham uma instituição de ensino – pública ou privada – que receberia o pagamento do governo.



DIVULGAÇÃO

“Do ponto de vista das escolas, a ideia não é ruim. Há muita ociosidade de vagas no setor privado, seja pela queda de natalidade ou pela crise econômica. Como o investimento principal já está feito, muitas escolas ligadas a igrejas, fundações ou periféricas receberiam de bom grado a mensalidade paga pelo governo”, diz Mauro Aguiar, diretor presidente do Colégio Bandeirantes.

Mas o modelo sugerido pelo ministro não conquistaria vagas em colégios de elite, como o Bandeirantes, onde a mensalidade custa a partir de R\$ 3.856 para o ano letivo de 2019. A proposta é trocar o investimento de mãos sem aumentar o custo, que hoje é de R\$ 6 mil ao ano, por aluno. As escolas que aceitassem o voucher (a princípio, não obrigatório) receberiam 12 parcelas de R\$ 500.

“Claro que isso não vale para escolas de elite, nem Bandeirantes, nem Mobile, nem Santa Cruz tem vagas ociosas. Mas até as escolas particulares das periferias oferecem um nível de ensino superior ao público, como percebemos nas pesquisas do Banco Mundial. A legislação do sistema público do Brasil tem erros desde a raiz, permite que o professor falte, mesmo sem justificativa, não tem continuidade, não há

No modelo de vouchers, a escola pública recebe verbas de acordo com os alunos que conquistar

proposta pedagógica que sobreviva a isso”, diz Aguiar.

No modelo de vouchers, a escola pública recebe verbas de acordo com os alunos que conquistar

“Não creio que a migração seria grande o suficiente para afetar as finanças das escolas públicas, o ideal seria pensar em um modelo de grande escala. Hoje 81% dos alunos estão na rede pública, melhorar essas escolas seria a estratégia ideal”, afirma.

O exemplo mais longevo do sistema de vouchers é no Chile, que instituiu o modelo no governo do ditador Augusto Pinochet, em 1981. Num primeiro momento, houve melhora no acesso ao estudo, mas logo começaram a surgir falhas que o governo brasileiro já se apressa em afastar.

A primeira foi a possibilidade de cobrança de taxas extras dos alunos – que logo separaram as famílias que tinham das que não tinham condições de pagar. A segunda foi a possibilidade de escolher os melhores alunos, criando pequenos centros de excelência ao invés de reduzir a desigualdade.

alternativas

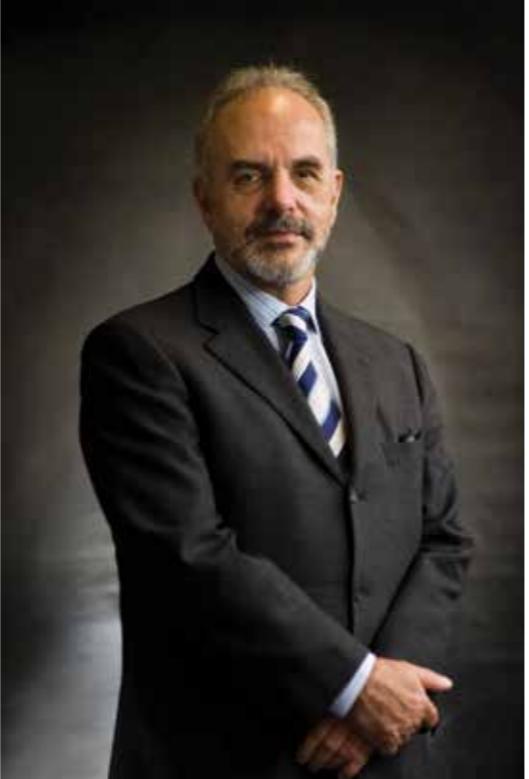
“Isso já acontece no Brasil nas Escolas de Aplicação, geralmente vinculadas às universidades. O rendimento delas é excelente, mas temos que lembrar que aquele não é o público médio da escola pública. São filhos de funcionários ou professoras, ou alunos que passaram em um teste muito concorrido, muitas vezes com uma base feita em escola particular. É um modelo bom, mas não é escalável, não é a solução para toda a rede pública”, lembra Paulo Presse.

Na avaliação do último triênio, o Chile aparece à frente do Brasil nos três critérios avaliados (leitura, ciências e matemática), mas não impede que o país vizinho passe por muitos protestos pedindo mudanças na educação. A reforma mais recente introduziu vouchers diferenciados para alunos de baixa renda, sobre os quais não se pode cobrar taxas extras, mas isso não garante a qualidade da educação oferecida a esses grupos.

“O Chile decidiu um nível de desincumbência do Estado em relação à educação, mas isso já está sendo revisto. Por anos entendeu como gasto, e não investimento, o que é um erro. Hoje há uma compreensão cada vez mais totalizante de que os avanços de uma nação demandam mais formação”, diz o doutor em Educação e mantenedor do Colégio Santa Helena, Fabio Alberti Cascino.

Com cerca de 400 alunos e uma mensalidade média de R\$ 1.200, o Santa Helena está mais próximo de receber os alunos com vouchers do que os colégios de elite, mas a solução não parece definitiva. Poderia, por exemplo, resolver o problema de alguns estudantes que precisam se deslocar demais para chegar à escola pública mais próxima, por exemplo, mas não de toda a rede.

“Os vouchers seriam viáveis para sanar demandas específicas, de curto prazo, circunstanciais. Para mudanças sociais, culturais, econômicas profundas, é preciso política de Estado consistente, de longo prazo, resultado de acordo político nacional. Não é isso que esse governo quer”, opina Fabio Alberti.



“Do ponto de vista das escolas, a ideia não é ruim. Há muita ociosidade de vagas no setor privado, seja pela queda de natalidade ou pela crise econômica”

Mauro Aguiar, diretor presidente
do Colégio Bandeirantes

Outros modelos

O modelo alternativo que tem maior confiança dos entrevistados é o sistema de escolas conveniadas ou patrocinadas, conhecidas nos Estados Unidos como charter schools. Nesse sistema, algumas escolas públicas passam a ser geridas por empresas privadas ou do terceiro setor, geralmente sem fins lucrativos. Nas conveniadas, o gestor pode contratar e pagar salários diferenciados para os melhores profissionais, variar o tamanho da classe e introduzir inovações na gestão. Elas não cobram mensalidades nem fazem seleção de alunos, mas pode haver sorteio de vagas quando a procura supera a demanda.

“Os Estados Unidos oferecem um bom exemplo, pois são um país rico, muito grande e com ilhas de pobreza, como o Brasil. Nas charters o professor recebe treinamento dife-



O modelo alternativo que tem maior confiança dos entrevistados é o sistema de escolas conveniadas ou patrocinadas, conhecidas nos Estados Unidos como charter schools

renciado, como fazemos nas escolas de elite, e é incentivado por bônus e salários maiores. O professor é muito mais importante do que a estrutura, ele tem de ter brilho nos olhos para encarar uma classe de 30 alunos”, opina Mauro Aguiar, do Bandeirantes.

Além de beneficiar seus próprios alunos, as conveniadas se mostram capazes de incentivar a melhorar o ensino no entorno, como mostram os números do mercado norte-americano.

Um modelo que já existe no Brasil, e com sucesso, ainda que em pequena escala. Pela legislação brasileira, o conselho gestor não pode demitir funcionários públicos, mas pode pedir a transferência dos professores que não estejam comprometidos com o projeto.

“O caso mais recente de parceria é da prefeitura de Porto Alegre com o Instituto Lumiar,

que criou a Aldeia Lumiar. É um modelo muito interessante que une rede pública, o terceiro setor e a iniciativa privada”, lembra Paulo Presse.

Na Aldeia, a escola particular Lumiar compartilha conhecimento e tecnologia, como formação de educadores, assessoria pedagógica e a plataforma digital de aprendizado. A ONG Aldeia da Fraternidade garante infraestrutura, corpo pedagógico e administrativo, e recebe da prefeitura um valor de R\$ 970 ao mês, por aluno. Em 2019 são 70 alunos em três turmas do ciclo F1 (de 6 a 8 anos), em 2020 serão abertos outros três grupos de F2 (de 9 a 11 anos).

“A iniciativa é fantástica, mas ainda não foi testada em grande escala. A vulnerabilidade das parcerias é a mesma que assola a gestão pública no Brasil: a cada quatro anos, tudo pode mudar”, diz Presse.



Com 19 anos de experiência em pesquisa relacionada à educação, Presse sugere ainda uma terceira opção: a compra de sistemas educacionais que já tenham bom rendimento comprovado nas redes particulares. Nesse caso, espaço físico e funcionários continuariam sendo públicos (federais, estaduais ou municipais), mas todo o material didático e treinamento seriam terceirizados.

“Algumas prefeituras já compram esses sistemas, que incluem apostilas, mas também treinamento e atualização de professores, material didático e paradidático, e até programas de gestão da escola. Os municípios que mais compram sistemas educacionais são os que têm melhor rendimento na média nacional”, diz.

A questão, mais uma vez, é que a licitação de uma prefeitura com alguns milhares de habitantes é muito mais simples do que das grandes capitais, e as decisões muitas vezes são mais políticas do que técnicas. Em termos numéricos, o Brasil investe cerca de US\$ 3,8 mil por estudante ao ano, menos da metade que o ideal apontado pela OCDE, que é de US\$ 8 mil anuais.

“Não vamos chegar a um bom modelo com discussões políticas acaloradas, um projeto de educação deve ser sem ideologias, baseado em números e conceitos técnicos. O primeiro passo deveria ser resgatar o Plano Nacional de Educação, que tem metas palpáveis, ver o que não está funcionando e por quais razões”, diz o consultor.

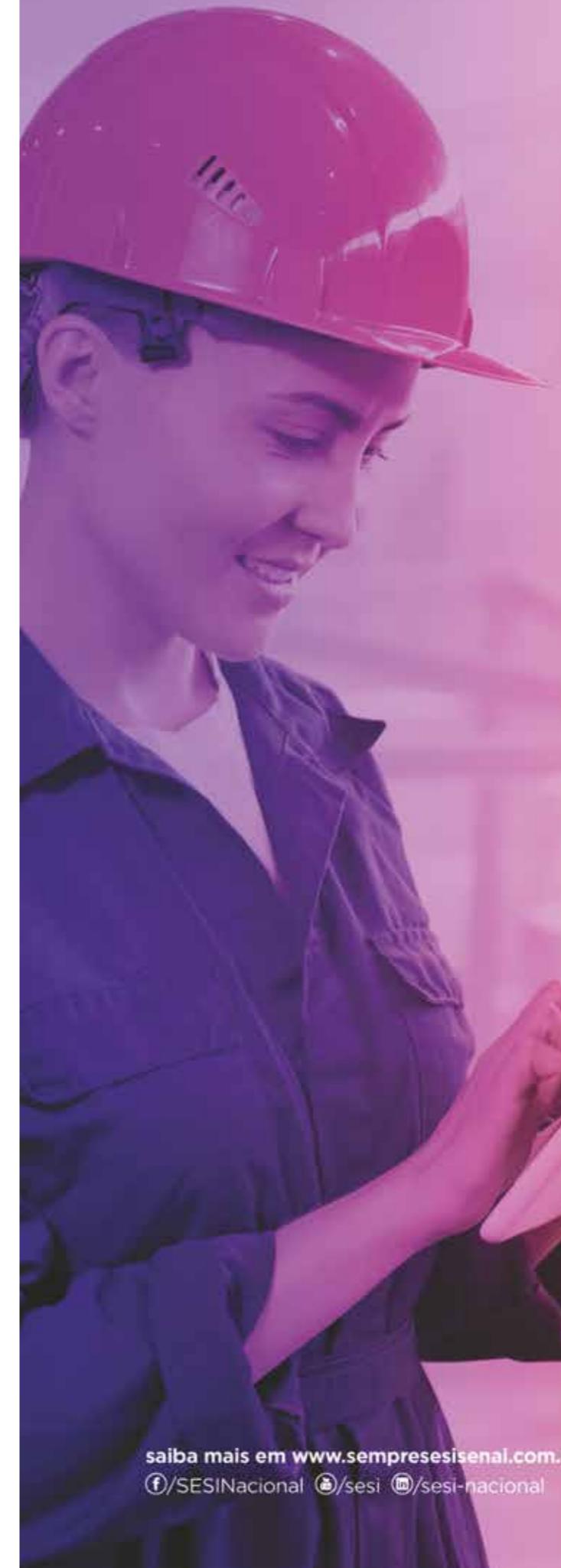


FOTOS DIVULGAÇÃO

“Hoje há uma compreensão cada vez mais totalizante de que os avanços de uma nação demandam mais formação”

Fabio Alberti Cascino, do Colégio Santa Helena

Uma solução que caberá a todos os atores – governos federal, estadual e municipal e sociedade civil – em que se pode até envolver vários modelos simultaneamente, mas que não seja desconfigurada a cada quatro anos, pois não existe solução rápida para problemas antigos. ■



saiba mais em www.semprsesisenal.com.br

[f/SESNacional](#) [@sesi](#) [/sesi-nacional](#)

PARA O SESI, O FUTURO É COISA DO PASSADO.

Para ser um profissional do futuro e fazer parte das próximas inovações de uma indústria cada vez mais forte e competitiva, é preciso estar um passo à frente. Uma prova disso é o Guidoo.

Uma solução tecnológica desenvolvida pelo SESI que ajuda o trabalhador a adotar comportamentos positivos em relação a hábitos de saúde e bem-estar. Tecnologia do futuro, desenvolvida por um profissional do futuro, no presente. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

O SESI está construindo hoje o futuro do trabalho.

#pelofuturodotrabalho
#ofuturodotrabalho



Guidoo, aplicativo que ajuda o trabalhador a adotar melhores práticas em relação à saúde e ao bem-estar.

SESI

Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO